

## AS ARTIMANHAS DA HETERODOXIA: UMA INTERPRETAÇÃO DO PLANO BRESSER

*Pedro Cezar Dutra Fonseca\**

A quem pretende captar as artimanhas da política econômica através de um exercício de lógica, o chamado Plano Bresser emerge com uma antinomia inexplorável: sua proposta central afigura-se como o combate à inflação, e o diagnóstico da equipe ministerial é que essa é inercial, a exemplo do Cruzado I; não obstante, as medidas de política econômica caminham todas no sentido de combater uma inflação de demanda. Por estranho que pareça, teríamos um mesmo diagnóstico para a inflação brasileira a inspirar os dois planos — o de fevereiro de 1986 e o de junho deste ano —, mas materializado em dois conjuntos de medidas completamente díspares em sua essência. O senso comum não hesitou, desde logo, em perceber este último como "plano ortodoxo mais congelamento". A equipe governamental, por seu turno, justificou tais "disparidades", asseverando evitar cair nos mesmos erros do antigo Cruzado. Entre estes, evidentemente, encontra-se o aquecimento da demanda interna. Com isso, ofusca-se em boa parte o charme da heterodoxia teórica brasileira, a qual advoga para si os méritos acadêmicos de ter encontrado, finalmente, a fórmula de combater a inflação sem afetar (ou afetando ao mínimo) os níveis de renda e emprego.

Não cabe aqui repisar que o retorno a altas taxas de inflação a partir de novembro de 1986 não aquiece em boa medida as hipóteses inercialistas, dentre as quais a ausência de choques, a inexistência de aceleração inflacionária, o peso da inflação passada na presente e o conflito distributivo centrado basicamente na questão lucros/salários — sempre presentes nos trabalhos dos economistas responsáveis por essa interpretação. Nesse sentido, vale lembrar os próprios pronunciamentos do Ministro Bresser Pereira, os quais vêm vinculando a explicação das taxas presentes a expectativas futuras, sem contar que o conflito distributivo entre capital e trabalho pouco pode ser responsabilizado pela retomada altista dos preços, para quem não é dado negar os fatos: exatamente de novembro a maio, quando os salários perderam cerca de um terço de seu valor real, a inflação acelerou-se. O que tivemos, e isto parou indiscutível, foi o retorno à inflação sincrônico à perda de salários reais, a qual, portanto, choca-se em boa medida com a proposta de que a inflação deveu-se principalmente ao superaquecimento da demanda (e esta entendida como basicamente de consumo).

Dentre as razões apontadas como responsáveis pelo futuro sucesso do presente Plano, encontramos a que dificilmente existirão preços defasados. Para tanto, argumenta-se, os preços subiram violentamente nos últimos meses, e o

\*Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Economia/UFRGS.

## ARTIGOS DE CONJUNTURA

próprio Ministro anunciou o congelamento com antecedência. Em suma: ninguém (ou seja, os fazedores de preços), desta vez, teria sido tomado de surpresa.

Esse argumento, apesar de seu poder de convencimento num primeiro instante, não deixa de revelar seu lado falacioso. No sistema econômico, não existem preços altos ou baixos, senão em relação uns aos outros. É pura pretensão — apesar de bom exercício de imaginação intelectual — esperar que se encontre, em dado ponto do tempo, uma economia capitalista com preços perfeitamente alinhados. Se, por hipótese, existirem apenas três empresas (ou setores, ou ramos da indústria) e uma tomar a decisão de elevar seus preços, estes refletir-se-ão nas outras; e cada uma, sucessiva mas não sincronicamente, verá seus custos afetados, os quais serão repassados total ou parcialmente a seus preços. A primeira empresa, por conseguinte, perceberá em certo tempo que seu aumento inicial foi inútil, ou esvaiu-se, e retomará o processo. A autonomia do processo inflacionário consiste no fato de que boa parte das empresas com maior poder de mercado nem esperem o aumento dos custos para elevar seus preços gerais — o que acontecia com o gatilho, por exemplo. Assim, o comportamento empresarial dá-se no sentido de adiantar-se à própria inflação, o que leva os preços presentes a se desvincularem seja dos custos históricos, seja dos próprios custos presentes. Instabiliza-se, dessa forma, a relação custos/preços, e em parte a inflação é resultado e causa dessa instabilidade.

Na prática, entretanto, não temos uma só empresa que provoca o aumento inicial ("autônomo"), mas várias, em interação, e os preços de umas afetam simultaneamente os das outras. Nesse sentido, apesar da simplificação didática, pode-se depreender que os aumentos podem ser de 2%, 20% ou 200% — ou seja, os preços nominais podem elevar-se abrupta e sucessivamente, o que configura o processo inflacionário aceleracionista como há pouco vivenciamos —, mas os preços estarem "altos" não significa solução para o problema do empresário individual: este eleva preços, dependendo de seu poder de mercado, mas como os outros também o fazem, os custos de cada um se vêem elevados. Cada remarcação é sempre ilusória, no sentido que logo exige outra; mas é ao mesmo tempo solução, pois **tende a manter temporalmente a taxa de lucro**, ou impedir sua violenta queda.

À luz dessas considerações, as quais ressaem alguns aspectos relevantes da formação de preços em estruturas oligopólicas, pode-se depreender que a exacerbação do processo inflacionário prende-se em boa medida a decisões e motivações internas ao circuito empresarial. Mas estas, mesmo que não propostivamente, são subestimadas nas análises de autores como Arida, Lara Resende e Chico Lopes: ao raciocinarem com modelo de um único produto, seguindo à risca a tradição keynesiana, há a dificuldade (embora não impossibilidade) de captar os aspectos intersetoriais da produção, tendendo a superestimar a demanda de consumo e o nível de salários na determinação dos preços. Há, por conseqüência, uma rígida separação entre micro e macroeconomia, entre determinação de preços relativos e do nível geral de preços. Subjacentes aos modelos, reside uma concepção de processo produtivo de inspiração austriaca, assentada na existência de estágios sucessivos de produção, que vão das matérias-primas aos bens finais. Em um sistema capitalista avançado, entretan-

to, torna-se inegável a interdepartamentalização da produção, com empresas cada vez mais comprando e vendendo entre si, bastante visível na construção teórica de Leontief. Assim, precisa-se de aço para produzir trigo, por exemplo, mas o trigo é também necessário à produção de aço. Com isso, o processo produtivo não é mais uma reta com início e fim, e não se pode pensar em determinação de preços fora do próprio circuito capitalista.

Nesse sentido, há o conflito distributivo, sim, como querem os inercialistas; mas sua dinâmica diz mais respeito a problemas do capital com ele mesmo que do capital em relação ao trabalho. A queda dos salários reais — outra face da explosão inflacionária, a qual não há gatilho que impeça — não deixa de ser uma forma recorrente de amenizar ou minimizar o conflito entre os vários blocos de capital, ou seja, **"transfere-se" à relação lucro/salários a solução do problema "lucro-lucro"**. Tal transferência é sobretudo política, mas não deixa de ser a saída clássica encontrada historicamente para as crises capitalistas. Nesse sentido, vale lembrar que o fim das hiperinflações não se deu sem perdas violentas de riqueza e renda e, dentro desta última, sem queda de salários reais. Mais uma vez vem à liça o velho ensinamento de que a aparência não desnuda toda a essência: a lógica aparente do processo leva o analista preso aos fatos a diagnosticar que os salários são altos, quando na verdade as taxas de lucro são baixas; leva-o a crer que os salários ameaçam os lucros, quando os lucros ameaçam a si mesmos; leva-o a crer que a inflação é de demanda (de consumo), embora os dados apontem, indubitavelmente, para a queda violenta do poder de compra dos salários — o que hoje se discute é a magnitude da queda, e não sua ocorrência. Tal constatação é tão envolvente, e aparentemente indiscutível, que mesmo economistas que marcaram sua tradição acadêmica criticando o "keynesianismo bastardo" e centrando suas análises na questão da "realização dinâmica" vêm hoje, estranhamente, afirmar que a economia bateu no teto...

Com o chamado Plano Bresser aflora essa série de questões. Ele é tido como mais realista ao não permitir o aquecimento da demanda — e de fato o é —, principalmente ao consagrar as perdas de salário real verificadas exatamente no período de adoção do gatilho, paradoxalmente estimado no meio sindical. Os teóricos inercialistas justificam sobejamente tal necessidade, pois o choque heterodoxo, com o feito de buscar soluções aos conflitos distributivos, não deve gerar novas fontes de conflito. Os modelinhos afirmam que, ao anunciar-se o congelamento no dia D, supõe-se que quem perdeu perdeu, e quem ganhou ganhou. A guerra acabou e inicia-se nova vida; a partir daí, a inflação será controlada se os "agentes" forem bem comportados — ou se a "sociedade apoiar o Plano", como bem enfatiza o Ministro Bresser Pereira.

Não obstante, e também paradoxalmente, o Plano não congelou todo o vetor de preços relativos, pois introduziu deliberadamente variações na taxa cambial diárias, mesmo depois de duas "mididesvalorizações". O ajuste recente, nesse aspecto, difere completamente do anterior. Tudo sugere, a par disso, que a nova orientação da política econômica consiste em retomar o ajuste externo como prioritário. O exame detalhado do Plano mostra a tentativa de mudar radicalmente os quocientes lucro/salários e câmbio/salários, elevando-os. Em si, nenhum deles é essencial para combater inflação causada pela inércia, mas in-

## ARTIGOS DE CONJUNTURA

---

dispensáveis ao ajuste cambial. Mais uma vez, evidencia-se que, na economia brasileira, apesar da força do mercado interno e do baixo coeficiente de abertura, a questão externa é fundamental na configuração das taxas de crescimento, o que limita em boa parte e endogeneidade do ciclo.

Visualizam-se, assim, as razões do "realismo" do Plano Bresser. A "ortodoxia com congelamento" tem sua razão do ponto de vista cambial: se a inflação é mais resultado de um conflito intrínseco ao capital e não necessariamente, do ponto de vista lógico, resultado do aquecimento da demanda — e, portanto, capaz de dispensar o formulário ortodoxo para seu combate —, o mesmo não vale quando da busca do equilíbrio externo. A teoria convencional parece insubstituível nesse aspecto; a economia não bateu em nenhum teto do ponto de vista do combate à inflação: o mercado interno está aquecido é diante do equilíbrio das contas externas. Desse ponto de vista, a queda dos salários reais bate perfeitamente bem com a lógica funcional do sistema econômico.

A prática ensina que, na economia brasileira, não há desvalorização cambial capaz de gerar divisas quando o mercado interno está aquecido, o que torna o ajuste externo até mais sensível ao nível de salários que à própria taxa de câmbio. Simplificadamente, teríamos três variáveis a compatibilizar: crescimento, preços (inflação) e saldos externos. A heterodoxia teórica procurou compatibilizar as duas primeiras, visando o combate à inflação sem levar a novo ciclo recessivo. Com isso, comprometeu demasiadamente o equilíbrio externo. O "realismo heterodoxo" de Bresser parece centrar-se na busca do equilíbrio cambial sem elevar a inflação (ao contrário de Delfim), mas é de resultado imprevisível quanto à taxa de crescimento do produto.

Resta o consolo, evidentemente, de que sem o Plano Bresser a recessão e a inflação seriam bem mais profundas, e sem encontrar solução razoável para o balanço de pagamentos não há qualquer perspectiva de retomar o crescimento de longo prazo da economia brasileira. O realismo do Plano, portanto, consiste em contemplar como variável sobredeterminante a renegociação da dívida externa.